

“A criação das taxas e taxinhas acontece porque o mercado que diz ser perfeito não funciona de modo perfeito”

20 de Outubro, 2021

A pouco mais de dez dias para a COP 26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas), a **IKEA Portugal** quis juntar esta terça-feira, no webinar “A caminho da COP 26 – Vamos construir um futuro melhor”, vários especialistas para falar sobre a posição e o contributo que Portugal pode e deve ter no encontro mundial. A certeza que ficou é de que há uma preocupação generalizada em alcançar a neutralidade carbónica. No entanto, são muitas as dúvidas das empresas e dos consumidores sobre qual o caminho certo para se conseguir a desejada neutralidade.

Não há dúvidas de que Portugal se tem esforçado para cumprir os objetivos que os governos mundiais se propuseram, nomeadamente a redução de produção de energia produzida a partir de carvão, a redução ou eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis ou, ainda, apostar num sistema de fiscalidade. **Inês Costa**, secretária de Estado do Ambiente, sustenta esta posição dando como exemplo os projetos relacionados com proteção costeira e combate à subida do nível das águas do mar, o Plano de Ação de Economia Circular ou a revisão do contexto legislativo sobre gestão de resíduos (ou gestão de recursos). Contudo há uma “questão de fundo” que parece ainda não estar a ser abordada de forma suficientemente séria: “Para cumprirmos os objetivos do Acordo de Paris, temos de ter consciência que precisamos de reduzir o consumo de matérias-primas e de energia”. Isto significa que “não haverá cumprimento das metas, apostando unicamente em tecnologias ou na eficiência”, afirma, reiterando a importância de se falar no “*rebound effect*” quando se fala de eficiência: “Quanto mais eficientes somos, mais condições criamos para se produzir mais e mais. Temos de ter consciência desses efeitos indiretos associados à progressão de eficiência máxima e da questão tecnológica”. Por isso, “não basta mudar o *hardware*, temos que mudar o *software*”. E o “*software*” é tudo aquilo que diz respeito aos “instrumentos políticos” que permitem às empresas mudar o seu ADN e “perceber que investir em modelos de negócios ou modelos de produção e consumo que sejam muito mais eficazes na utilização de recursos é garantia de competitividade no longo prazo. Quando se perceber que mudar o sistema de produção e consumo não é um ataque à competitividade das empresas ou retirada de qualidade de vida, aí podemos começar a falar a sério em sermos neutros em carbono e carbono negativo”, afinca. O “desejo pessoal” de Inês Costa para a COP 26 é precisamente “dar início” a esta discussão. Caso contrário, “receio que não iremos lá chegar, pelo menos, com a rapidez e o impulso necessários”.

[blockquote style="2"]Estamos em condições para antecipar (a neutralidade) para 2040[/blockquote]

Tratando-se de “problemas complexos”, a visão de **João Menezes**, secretário-geral do BCSD Portugal, é de que precisam de “sistemas de governança integrados” e de convocar todos os setores: “Entendemos que o esforço de orquestração, de definir um road map para o futuro e a concertação dos diversos players cabe ao setor público, nomeadamente ao Governo”, sendo que este pode ser mais exigente a vários níveis, como no “contributo” que Portugal pode dar ao mundo em contexto de COP 26. “Se fomos o primeiro país a anunciar a neutralidade carbónica até 2050, estamos em condições para antecipar para 2040, obviamente de forma participada e refletida em conjunto”. Cabe também ao Governo definir os incentivos e regular de forma restritiva: “Entendemos que seria interessante resgatar um Plano de Ação para a Economia Circular. Nada como ter uma ambição e uma concertação conjuntas”. Outra questão tem que ver com as “taxas de carbono”, os “mercados de comércio de emissões” ou a “regulação de mercados de compensação voluntários”, onde as empresas podiam começar a ter “sistemas de compensação voluntários. Mas é preciso regulação”, atenta.

Já sobre a “solução propriamente dita”, João Menezes também parece ir ao encontro da ideia defendida por Inês Costa: “Não passa apenas por reciclar, reutilizar e até reinventar, mas sim reduzir: reduzir níveis de produção, reduzir níveis de consumo”.

Voltando à complexidade dos desafios, o secretário-geral do BCSD recorda que nem o período de confinamento provocado pela pandemia da Covid-19 foi suficiente para cumprir o Acordo de Paris, pois implica uma redução global anual de 7% das emissões de CO₂. “Depois de anos sucessivos de recordes de emissões, em 2020, reduzimos 5,8% a nível global. Este ano, tudo indica que vamos aumentar as emissões”, afirma, questionando “como é que vamos conseguir reduzir mais as emissões do que reduzimos em 2020 confinados? A escala e a magnitude do desafio é enorme e a urgência não podia ser maior: temos 10 anos”.

João Menezes lembra a resposta de Portugal à crise de “subprime” e das dívidas soberanas, que aconteceu há cerca de 10 anos, e que passou pela “injeção de liquidez” no sistema para recuperar “níveis de produção, consumo e investimento. Não aproveitamos para responder a outras crises estruturais, como a crise de biodiversidade e das alterações climáticas”. Agora, a necessidade de responder à crise social e pandémica pode levar a pôr de lado outra vez as crises estruturais e isso pode levar a que surjam “cada vez mais pandemias e crises socioeconómicas”. Portanto, apesar da transição ter de ser “justa” e “gradual”, o responsável alerta para os “momentos” em que será preciso tomar uma posição que pode ser impopular. Um bom exemplo disso é a atual crise nos combustíveis fósseis: “Não se pode dar um sinal de diminuir os impostos à primeira manifestação de que o grande público não está disponível para pagar mais pelos combustíveis fósseis: nós vamos ter que pagar mais pelos combustíveis fósseis”, reitera.

[blockquote style="2"]A prevenção é garantir competitividade no futuro[/blockquote]

Para Inês Costa, as crises, tal como as desculpas, devem ser evitadas: “Fazer isso implica, por vezes, tomar decisões que, num primeiro momento, podem ser

complicadas de aceitar, mas que têm um objetivo de longo prazo”. E Portugal, em matérias ambientais, tem valias desconhecidas e, que, segundo a governante, têm sido determinantes para se mudar o “*software*”: “Em 2015, foi traçada uma visão muito centrada em três pilares – descarbonização da economia, valorização do território e economia circular – e que é alicerçada numa forte componente de educação, formação ambiental e no Fundo Ambiental. E esta visão sistémica ajudou a orientar uma série de ações externas, mas também internas que envolvem outras áreas políticas”. Alguns anos mais tarde, surge o Pacto Ecológico Europeu que assenta, precisamente, nessas três vertentes: “Por isso, em termos de ambição, de política, de metas e de objetivos, ao nível da área governativa do ambiente, tem havido progressos, mas é difícil fazer este diálogo para fora”. E dos muitos desafios, há ainda questões que não são colocadas no objetivo de prevenção, sendo que a primeira reação das empresas é questionar se a competitividade é posta em causa. “A prevenção é garantir competitividade no futuro: não é objetivo prejudicar o setor empresarial”. E, por isso, a criação das ditas “taxas e taxinhas” acontece, precisamente, porque o mercado que diz ser perfeito não funciona de modo perfeito. “É esta tipologia de taxa e de impostos que têm de ser criados para fazer o equilíbrio do mercado e para que as externalidades ambientais passem a ser internalizadas dentro dos custos das empresas”. Apesar do objetivo e da ambição ser partilhada por todos, Inês Costa não tem dúvidas de que aquilo que difere é, muitas vezes, o caminho correto para lá se chegar: “No âmbito do SDR (Sistema de Depósito de Resíduos), todos temos a certeza que é uma opção correta e que vai acontecer, mas todos têm uma ideia diferente de como tem que funcionar”. É essa a dificuldade que está na “atrás da cortina da ação governativa” que, muitas vezes, está “oculta do grande público”, remata.